



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
SISTEMA DE LOGÍSTICA DE GOIÁS

PROJETO BÁSICO



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN  
GERÊNCIA DE APOIO ADMINISTRATIVO E LOGÍSTICO - GAAL

PROJETO BÁSICO

Número do Processo - SISLOG

100437

Número do Processo - SEI

202300005022404

Em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021 e com o Decreto Estadual nº 10.207, de 2023, o Projeto Básico é o documento utilizado para indicar o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

SEÇÃO 1 - DADOS DA CONTRATAÇÃO

|                             |  |
|-----------------------------|--|
| 1.1. Dados do Processo      | 202300005022404  |
| 1.2. Adequação Orçamentária | A presente contratação será autorizada pelo Ordenador de Despesas, com a respectiva indicação orçamentária, nos termos do Decreto Estadual nº 10.207, de 2023. |

SEÇÃO 2 - DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

|   |  |
|---|--|
| 2.1. Descrição resumida do objeto               | Obras e Serviços de Engenharia - Construção da nova Sede do DETRAN   |
| 2.2. Regime de fornecimento de bens ou serviços | Obras e Serviços de Engenharia de forma parcelada, nos termos do Cronograma-Físico-Financeiro  |
| 2.3. Natureza da execução do objeto             | Obras e Serviços de Engenharia: não continuada (por empreitada global)   |
| 2.4. Característica do objeto                   | Especial, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar  |
| 2.5. Instrumento Contratual                     | A presente contratação será formalizada por meio de Termo de Contrato  |
| 2.6. Prazo de vigência contratual               | O prazo de vigência contratual é de 18 (dezoito) meses, contados imediatamente a partir da assinatura do Termo de Contrato, nos termos do Título III, Capítulo V, da Lei nº 14.133, de 2021. Considerando que o objeto contratado é por escopo, a vigência do contrato é prorrogável nos termos da Lei nº 14.133, de 2021. |

SEÇÃO 3 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DOS PREÇOS REFERENCIAIS

3.1. Os valores referenciais estimados da contratação são os seguintes:

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO DE SERVIÇOS                       | QUANTIDADE | TOTAL SEM BDI  | TOTAL COM BDI  | PART. (%) |
|------|---|------------|----------------|----------------|-----------|
| 1    | SERVIÇOS PRELIMINARES E IMPLANTAÇÃO DO BARRACÃO | 1          | R\$ 295.931,06 | R\$ 376.187,56 | 1,06%     |

|             |  |   |                   |                   |         |
|-------------|--|---|-------------------|-------------------|---------|
| 2           | ADMINISTRAÇÃO                                      | 1 | R\$ 983.329,24    | R\$ 1.250.008,12  | 3,51%   |
| 3           | SERVIÇO EM TERRA                                   | 1 | R\$ 44.244,50     | R\$ 56.243,61     | 0,16%   |
| 4           | CONSTRUÇÃO   | 1 | R\$ 12.398.629,95 | R\$ 15.761.138,39 | 44,22%  |
| 5           | INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS                       | 1 | R\$ 867.640,90    | R\$ 1.102.945,11  | 3,09%   |
| 6           | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS                              | 1 | R\$ 1.192.417,56  | R\$ 1.515.801,20  | 4,25%   |
| 7           | CABEAMENTO ESTRUTURADO                             | 1 | R\$ 1.161.951,23  | R\$ 1.477.072,40  | 4,14%   |
| 8           | INSTALAÇÕES DE DRENAGEM                            | 1 | R\$ 234.688,37    | R\$ 298.335,86    | 0,84%   |
| 9           | SISTEMAS PARA PREVENÇÃO DE COMBATE CONTRA INCÊNDIO | 1 | R\$ 483.283,23    | R\$ 614.349,64    | 1,72%   |
| 10          | ACESSIBILIDADE                                     | 1 | R\$ 95.297,77     | R\$ 121.142,53    | 0,34%   |
| 11          | CLIMATIZAÇÃO                                       | 1 | R\$ 2.303.268,50  | R\$ 2.927.914,92  | 8,21%   |
| 12          | ESTRUTURAL DETRAN                                  | 1 | R\$ 7.153.786,09  | R\$ 9.093.892,88  | 25,51%  |
| 13          | EQUIPAMENTOS                                       | 1 | R\$ 795.814,55    | R\$ 1.011.639,46  | 2,84%   |
| 14          | DIVERSOS   | 1 | R\$ 29.981,17     | R\$ 38.112,06     | 0,11%   |
| CUSTO TOTAL |  |   | R\$ 28.040.264,12 | R\$ 35.644.783,74 | 100,00% |

3.2. O preço total estimado da contratação é **R\$ 35.644.783,74 (Trinta e cinco milhões, seissentos e quarenta e quatro mil, setecentos e oitenta e três reais e setenta e quatro centavos).**

3.3. O orçamento estimado da presente contratação foi elaborado com base na Planilha Orçamentária Sintética Com Valor do Material e da Mão de Obra, elaborada pela empresa PAS - PROJETO, ASSESSORIA E SISTEMA LTDA, parte contratada do Contrato nº 034/2023, responsável pela elaboração das peças técnicas e gráficas necessárias e indispensáveis à execução da obra. Além disso, como parte do objeto, a Contratada é responsável pelo orçamento e memorial da obra, justificando o uso do referido Orçamento como referencial do preço estimado.

3.4. Os preços estimados especificados neste Projeto Básico, correspondem aos preços máximos nos quais o objeto poderá ser adjudicado. Não será admitida a adjudicação do objeto por preços superiores aos especificados neste Projeto Básico.

#### SEÇÃO 4 - DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. O objeto contratado deverá atender às especificações e as descrições constantes nos anexos deste Projeto Básico, quais são: Edital, Contrato, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária Sintética Com Valor do Material e da Mão de Obra e Caderno Técnico.

#### SEÇÃO 5 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente contratação está fundamentada nos Termos do Estudo Técnico Preliminar.

5.2. O Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN integra a administração indireta do Poder Executivo do Estado de Goiás, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e é jurisdicionado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP. O DETRAN se caracteriza como um órgão de grande porte, contando com uma área de aproximadamente 665.570 m² em sua sede e ainda mais 238 CIRETRANS instaladas no interior do Estado, o que demanda considerável mão-de-obra administrativa.

5.3. Cumpre salientar que, segundo o Decreto nº 10.388, de 9 de janeiro de 2024, que aprova o Regulamento do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN:

*“Art. 20. Compete à Gerência de Apoio Administrativo e Logístico:*

*(...)*

*XXX – realizar a instrução processual de procedimentos de interesse do DETRAN;”*

5.4. A sede do DETRAN-GO possui mais de 40 (quarenta) anos. Atualmente, o Estado de Goiás possui a 8ª (oitava) maior frota do país, sendo que só nos últimos 10 (dez) anos, quase dobrou, chegando a aproximadamente 4.600.000 (quatro milhões e seissentos mil) veículos. O número de atendimentos também cresceu exponencialmente, sendo atendidas diariamente na sede da autarquia, cerca de 2.500 (dois mil e quinhentos) usuários por dia. Diante desses dados, há a necessidade de adequação da sede para o objetivo de prestar um atendimento de qualidade à população.

5.5. A nova sede do DETRAN será construída no terreno atual, com arquitetura moderna, de modo a abrigar todos os departamentos com estratégia. Atualmente, os setores que atuam em conjunto ficam dispostos de forma pulverizada, dificultando a parte operacional e o planejamento estratégico, às vezes, até confundindo os contribuintes e usuários.

5.6. A construção da sede tem como objetivo centralizar no prédio toda a equipe de planejamento estratégico e administrativo do órgão, com o intuito de melhorar os fluxos dos processos, garantindo ao contribuinte uma entrega de serviços mais eficiente e uma qualidade no atendimento que o deixe satisfeito.

5.7. Todo o projeto do prédio foi pensado com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores do DETRAN e atender os anseios da população.

5.8. Ressalta-se que a nova sede contará com meios de acessibilidade para garantir que pessoas com deficiência tenham conforto e segurança. O prédio também irá dispor de piso tátil, rampas, identificação em braile, elevadores e banheiros adaptados, a fim de facilitar a mobilidade.

5.9. Com 7.271,18 m² (sete mil, duzentos e setenta um vírgula dezoito metros quadrados), a nova sede do DETRAN irá abrigar o Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN), Junta Administrativa de Recurso de Infração (JARI), Gerência de Ação Integrada, departamentos como o Registro Nacional de Infração de Trânsito (RENAINF), Coordenação de Banca Examinadora, DISK DETRAN e outros que funcionam em prédios alugados ou cedidos.

5.10. O novo prédio, além de maior conforto e comodidade para os contribuintes e servidores, irá gerar economia significativa para os cofres públicos e uma melhoria na qualidade de entrega de resultados de excelência aos usuários. Estima-se uma economia de aproximadamente 1.000.000,00 (um milhão) de reais por ano, custos estes relacionados a despesas com aluguéis, manutenção, segurança e limpeza dos espaços fora da sede. Esses recursos ficarão livres para serem devolvidos para a sociedade em forma de campanhas e ações educativas, e investidos em segurança viária, por meio do Sinaliza Goiás, manutenção e melhoria nas CIRETRAN's nos municípios.

5.11. Faz-se mister esclarecer que o DETRAN possui, por meio do Despacho nº 122/2024, Processo nº 202300025163533, expecionalização do Governador para ter responsabilidade total da obra.

5.12. Além do disposto anteriormente, o projeto se encontrada cadastrado no GOMAP - Sistema de Monitoramento e Acompanhamento dos Projetos Governamentais, com o Id Projeto nº 5638.

SEÇÃO 6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos Econômicos-Financeiros

- 6.1. Os licitantes devem apresentar os seguintes comprovantes para comprovação da qualificação econômico-financeira:
  - 6.1.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme art. 69, inc. II da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 6.1.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, conforme art. 69, inc. I, da Lei nº 14.133, de 2021, comprovando:
    - 6.1.2.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
    - 6.1.2.2. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;
    - 6.1.2.3. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme § 4º, art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021.
    - 6.1.2.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
    - 6.1.2.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme § 1º, art. 65, da Lei nº 14.133, de 2021.

Requisitos mínimos de qualidade:

- 6.2. A qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a capacidade técnico-operacional, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada capacidade técnico-profissional, referindo-se a existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra.
- 6.3. A presente contratação deverá atender, incluindo os requisitos mínimos do Projeto Básico, a proposta mais vantajosa mediante competição, zelando-se sempre pela contratação da melhor qualidade possível com o menor preço. A descrição dos requisitos no Projeto Básico deve se limitar àqueles requisitos indispensáveis ao atendimento da necessidade, garantindo-se a competitividade da contratação e a maior eficiência possível.
  - 6.3.1. Poderão participar do presente processo de contratação quaisquer empresas interessadas, cujo ramo de atividade guarde pertinência e compatibilidade com o objeto pretendido, desde que regularizadas e aptas tecnicamente para atuar na atividade, ou seja, com competência técnica e habilitação legal.
  - 6.3.2. Os licitantes deverão apresentar comprovação de capacidade técnica-operacional mediante a apresentação de atestado por pessoa jurídica de direito público ou privado, que indique o licitante como empresa contratada e que tenha executado obras de características semelhantes aos do objeto deste processo, demonstrando a execução e finalização com complexidade e quantidade semelhante à presente contratação, observando a exigência do primeiro parágrafo desta seção.
  - 6.3.3. A habilitação para qualificação operacional deve se deter à Súmula do TCU nº 263/2011, onde versa: “Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.” Para tanto, as licitantes deverão apresentar um portfólio de obra pública ou privada executada e finalizada de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor total estimado da presente contratação. Caso o portfólio contemple subcontratação, a subcontratada deverá apresentar os mesmos requisitos.
    - 6.3.3.1. Para a melhor compreensão do item anterior, as parcelas de maior relevância são àquelas que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação. São elas:

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO DE SERVIÇOS | QUANTIDADE | TOTAL SEM BDI     | TOTAL COM BDI     | PART. (%) |
|------|---------------------------|------------|-------------------|-------------------|-----------|
| 4    | CONSTRUÇÃO                | 1          | R\$ 12.398.629,95 | R\$ 15.761.138,39 | 44,22%    |
| 6    | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS     | 1          | R\$ 1.192.417,56  | R\$ 1.515.801,20  | 4,25%     |
| 7    | CABEAMENTO ESTRUTURADO    | 1          | R\$ 1.161.951,23  | R\$ 1.477.072,40  | 4,14%     |

|    |              |   |                  |                  |        |
|----|--------------|---|------------------|------------------|--------|
| 11 | CLIMATIZAÇÃO | 1 | R\$ 2.303.268,50 | R\$ 2.927.914,92 | 8,21%  |
| 12 | ESTRUTURA    | 1 | R\$ 7.153.786,09 | R\$ 9.093.892,88 | 25,51% |

6.3.4. A proponente deve apresentar, para comprovação de quantitativos de serviços, certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior àquela do objeto do certame - conforme Acórdão do TCU 679/2015-Plenário - , fornecido(s)/expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, não havendo fixação de número mínimo de atestados a serem apresentados pela licitante.

6.3.5. A participação no processo licitatório fica, portanto, condicionada a apresentação do registro ou inscrição da empresa proponente no órgão responsável pela fiscalização do exercício e atividade profissional.

6.3.6. Os licitantes deverão apresentar registro de inscrição da empresa e do (s) responsável (is) técnico (s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da região a que estiverem vinculados.

6.3.7. Os responsáveis técnicos elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, da data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste processo, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

6.3.8. Comprovação da capacidade técnico-profissional: apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por qualquer uma das regiões do CREA e/ou CAU, nos termos da legislação aplicável, em nome do (s) responsável (is) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, comprovando a execução, pelo profissional indicado, de serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores às parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo. A execução da obra ou serviço de engenharia deve ser realizada pelo profissional que disponibilizou os atestados para fins da capacidade técnico-profissional no ato licitatório. Caso haja substituição de responsável técnico, o mesmo deverá cumprir com os mesmos requisitos do anterior.

#### **Requisitos normativos e legais:**

6.4. A participação no processo licitatório fica condicionada a apresentação do registro ou inscrição da empresa proponente no órgão responsável pela fiscalização do exercício e atividade profissional.

#### **Requisitos tecnológicos:**

6.5. O licitante deverá dispor de meios tecnológicos atuais e funcionais do mercado atual, a fim da eficiência na gestão, uma vez que esta precisará fornecer informações rotineiras e ocasionais à Contratante.

#### **Requisitos de sustentabilidade:**

6.5. O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª Edição Revista, Atualizada e Ampliada, da Controladoria-Geral da União e da Advocacia-Geral da União, traz em seu Tópico 8, os requisitos de sustentabilidade em obras e serviços de engenharia.

6.5.1. Segundo o guia, a inserção da sustentabilidade em obras e serviços de engenharia configura-se em:

- 1) Aspectos técnicos constantes do projeto básico/termo de referência ou do projeto executivo, e;
- 2) Observância da legislação e normas.

6.5.2. Obras e serviços de engenharia geram resíduos e rejeitos, e a fase de planejamento da contratação deve considerar medidas para minimizar sua geração e prever sua destinação ambiental adequada.

6.5.3. A licitação sustentável deve associar-se à prevenção na sua geração de resíduos, procurando-se, na fase de planejamento, reduzir a quantidade de resíduos que são gerados. Para tal, o Estudo Técnico Preliminar, bem como o presente Projeto Básico, contemplam as obrigações que venham ter relação com impactos ambientais.

6.5.4. Ainda, o Guia traz sobre a acessibilidade em obras e serviços de engenharia. As obras e serviços de engenharia deverão estar atentas aos requisitos de acessibilidade, possibilitando que todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência, frequentem os espaços e prédios públicos e possam usar de forma segura e autônoma ou seus equipamentos e instalações. Para tal, as peças técnicas dos projetos já contemplam características de acessibilidade.

#### **Garantia da contratação:**

6.6. Será exigida a garantia da contratação de que se tratam os incisos I, II, III e IV do §1º, do art. 96 e do art. 98 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato e condições descritas nas cláusulas do contrato.

6.7. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-lo, no máximo ao prazo correspondente de assinatura do contrato.

6.8. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

6.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## **SEÇÃO 7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Prazo de entrega ou prestação do serviço:**

7.1. O prazo de entrega do objeto ou prestação do serviço contratado é de 450 (quatrocentos e cinquenta) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço, emitida pelo Gestor e/ou Fiscal do Contrato.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo ou cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

Cronograma-físico financeiro:

| DISCRIMINAÇÃO                             | PRAZO   |         |         |          |          |          |          |  |
|---|---------|---------|---------|----------|----------|----------|----------|--|
|   | 30 DIAS | 60 DIAS | 90 DIAS | 120 DIAS | 150 DIAS | 180 DIAS | 210 DIAS |  |
| SERVIÇOS PRELIMINARES                     | 100,00% |         |         |          |          |          |          |  |
| SERVIÇO EM TERRA                          | 100,00% |         |         |          |          |          |          |  |
| IMPLANTAÇÃO DO BARRACÃO                   | 100,00% |         |         |          |          |          |          |  |
| CONSUMO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA        | 100,00% |         |         |          |          |          |          |  |
| ADMINISTRAÇÃO                             | 3,06%   | 4,06%   | 3,15%   | 7,25%    | 7,20%    | 7,23%    | 9,90%    |  |
| DEMOLIÇÕES E RETIRADAS                    | 100,00% |         |         |          |          |          |          |  |
| FUNDAÇÕES                                 | 50,00%  | 50,00%  |         |          |          |          |          |  |
| ESTRUTURAL - POÇO ELEVADOR                |         | 100,00% |         |          |          |          |          |  |
| ESTRUTURAL - TÉRREO                       |         | 100,00% |         |          |          |          |          |  |
| ESTRUTURAL - PRIMEIRO PAVIMENTO           |         | 50,00%  | 50,00%  |          |          |          |          |  |
| ESTRUTURAL - SEGUNDO PAVIMENTO            |         |         |         | 100,00%  |          |          |          |  |
| ESTRUTURAL - TERCEIRO PAVIMENTO           |         |         |         |          | 100,00%  |          |          |  |
| ESTRUTURAL - COBERTURA                    |         |         |         |          |          | 50,00%   | 50,00%   |  |
| ESTRUTURAL - PLATIBANDA                   |         |         |         |          |          |          | 100,00%  |  |
| ÁTICO                                     |         |         |         |          |          |          |          |  |
| PROTENSÃO                                 |         |         | 25,00%  | 25,00%   | 25,00%   | 25,00%   |          |  |
| ARMADURAS DE PUNÇÃO E COLAPSO PROGRESSIVO |         |         | 25,00%  | 25,00%   | 25,00%   | 25,00%   |          |  |
| JUNTA DE DILATAÇÃO                        |         |         | 25,00%  | 25,00%   | 25,00%   | 25,00%   |          |  |
| ALVENARIAS                                |         |         |         | 20,00%   | 20,00%   | 20,00%   | 20,00%   |  |
| IMPERMEABILIZAÇÃO                         |         | 100,00% |         |          |          |          |          |  |
| REVESTIMENTO DE PAREDE                    |         |         |         |          |          |          |          |  |
| REVESTIMENTO DE PISO                      |         |         |         |          |          |          |          |  |
| ESQUADRIAS                                |         |         |         |          |          |          |          |  |
| FORRO                                     |         |         |         |          |          |          |          |  |
| ESTRUTURAS METÁLICAS                      |         |         |         |          |          |          | 50,00%   |  |
| COBERTURAS                                |         |         |         |          |          |          |          |  |
| PINTURA                                   |         |         |         |          |          |          |          |  |
| ACESSIBILIDADE                            |         |         |         |          |          |          |          |  |
| INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIA               |         |         |         |          |          |          |          |  |
| INSTALAÇÕES DE DRENAGEM                   |         |         |         |          |          |          |          |  |
| INSTALAÇÕES ELÉTRICAS                     |         |         |         |          |          |          |          |  |
| CABEAMENTO ESTRUTURADO                    |         |         |         |          |          |          |          |  |
| SPDA                                      |         |         |         |          |          |          |          |  |
| SISTEMA DE ALARME CONTRA INCÊNDIO         |         |         |         |          |          |          |          |  |
| SINALIZAÇÃO E EXTINTORES                  |         |         |         |          |          |          |          |  |
| CLIMATIZAÇÃO                              |         |         |         |          |          |          |          |  |
| HIDRANTE                                  |         |         |         |          |          |          |          |  |
| EQUIPAMENTOS                              |         |         |         |          |          |          |          |  |
| DIVERSOS                                  |         |         |         |          |          |          |          |  |

7.3. Caso não seja possível a entrega na data determinada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo possa ser analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Local de entrega ou prestação de serviço:

7.4. O objeto contrato será prestado na Sede do DETRAN-GO, situado na Avenida Atilio Correia Lima, nº 1.875, Cidade Jardim, CEP: 74425-901, Goiânia-GO.

Plano de Obra:

7.5. A Contratada deverá iniciar a obra em no máximo 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Contrato.

7.6. As atividades que a Contratada realizará deverão ser planejadas previamente e registradas em um Plano de Obra, o qual deverá conter a planificação, com o registro de todas as tarefas, quantidades de funcionários, logística, processos de execução e supervisão permanente dos serviços, mapeamento de riscos e ações mitigadoras, de forma a obter uma operação efetiva, realizar os serviços de forma meticulosa e constante e tornar mais fácil o treinamento e a realização das tarefas pelos funcionários.

7.7. Os processos de execução definidos no Plano de Obra deverão ser realizados para garantir o perfeito atendimento às especificações deste Projeto Básico e seus anexos e do Memorial Descritivo.

7.8. O Plano de Obra deverá conter também o cronograma-físico-financeiro, detalhando as atividades e alocando todos os recursos, distribuindo as atividades no tempo, com previsão financeira e da estratégia de suprimentos (plano de compras, mês a mês).

7.9. O Plano de Obra deverá ser apresentado pela Contratada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da emissão da Ordem de Serviço, para validação e aprovação do Gestor e Fiscal do Contrato.

#### **Execução dos serviços e/ou condições de fornecimento:**

7.10. A Contratada deverá atender todas as normas e leis específicas vigentes aplicáveis aos serviços contratados.

7.11. Os serviços deverão ser prestados observando-se as condições estabelecidas no Projeto Básico e seus anexos. A Contratada se obriga a executar os serviços atendendo às especificados e quantidades estipuladas no Memorial Descritivo, nas especificações, nos Projetos e na Planilha Orçamentária, documentos estes, anexados ao Edital respectivo a este Projeto Básico.

7.12. A Planilha Orçamentária, o Memorial Descritivo, as especificações, o Caderno Técnico, os Projetos e o Projeto Básico são documentos complementares entre si. As eventuais divergências/inconsistências entre esses documentos deverão ser informados por escrito à Gestão do Contrato, anotada no Diário de Obras e não deverão ser executadas sem autorização por escrito do Gestor do Contrato.

7.13. A Contratada deverá fornecer toda a mão-de-obra e todos os materiais e equipamentos necessários à completa e perfeita realização dos trabalhos, para o perfeito cumprimento da execução do Contrato e realização do objeto contratado. Na necessidade de execução de serviços e fornecimento de materiais e equipamentos não previstos, estes deverão ser comunicados e discutidos previamente com a gestão do contrato.

7.14. Os serviços deverão ser realizados por profissionais qualificados, devidamente identificados e uniformizados.

7.15. A Contratada deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do Contrato, pelo menos um representante legal, que atuará junto ao seu quadro de pessoal, atuando, inclusive, se o caso, como preposto da empresa.

7.16. Os funcionários da Contratada atenderão às demandas de trabalho por meio do fiel cumprimento do futuro contrato a ser firmado.

7.17. As funções dos prestadores de serviços serão elencadas no Código Brasileiro de Ocupações - CBO, instituída com base legal na Portaria nº 397, de 10/10/2002.

7.18. Todos os funcionários da Contratada envolvidos na presente contratação deverão observar a Política de Segurança da Informação do INSS.

7.19. A Contratada deverá atender o acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria.

7.20. A Contratada deverá fornecer todos os EPCs - Equipamentos de Proteção Coletiva e, individualmente, todos os EPIs - Equipamentos de Proteção Individuais, atendendo à legislação e às normas específicas e aplicáveis em vigor. Todos os equipamentos deverão ser fornecidos com as respectivas certificações, quando for o caso e, dentro do prazo de validade do fabricante. Os equipamentos deste item deverão ser validados pelo SESMT Público DETRAN.

7.21. Previsibilidade de chuva: As paralisações que decorrem de período chuvoso ordinário são inevitáveis e conhecidas de antemão. Trata-se de eventos previsíveis, com relação aos quais tanto o DETRAN quanto a Contratada têm amplo conhecimento. As paralisações da obra durante o período chuvoso não ensejarão qualquer direito à indenização, uma vez que o período chuvoso ordinário é um fato previsível no momento da formulação da proposta. Os custos de mobilização/desmobilização e outros custos decorrentes de paralisações em virtude de período chuvoso não podem ser imputados ao DETRAN e devem ser arcados pela Contratada, em razão de sua previsibilidade.

7.22. A Contratada deverá elaborar, antes do início da obra, Plano de Contingência contra clima adverso e situações que possam impactar o cronograma.

#### **Segurança do Trabalho**

7.23. O Fiscal do Contrato verificará continuamente se os envolvidos na obra estão usando os EPI's, EPC's e fazendo das demais normas de segurança.

7.24. O SESMT do DETRAN fiscalizará o relatório de entrega de EPI's, EPC's e CAT's.

7.25. A Contratada deverá implementar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, antes do início da execução da obra.

7.26. O Fiscal do Contrato verificará se a empresa instalou o canteiro de obras conforme a NR 18 - Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção.

7.27. A Contratada deverá implementar Plano de Emergência e Primeiros Socorros antes da execução da obra.

#### **Subcontratação**

7.28. É admitida a subcontratação integral ou parcial do objeto, desde que respeitados os critérios de subcontratação contidos neste Projeto Básico.

### **SEÇÃO 8 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

---

#### **Responsabilidade da Contratada**

8.1. A Contratada é a única responsável pela entrega do objeto ou prestação do serviço, reservando ao DETRAN, o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento ou prestação de serviço, nos termos da legislação aplicável.

8.2. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente ao DETRAN ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo DETRAN.

8.3. No que couber, a Contratada é sujeita ao disposto no Capítulo VIII da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

#### **Comunicação**

8.4. As comunicações entre o DETRAN e a Contratada serão realizadas por escrito, admitindo-se o uso do e-mail [coopprojetos@detran.go.gov.br](mailto:coopprojetos@detran.go.gov.br) e/ou àqueles indicados no Plano de Gestão do Contrato.

8.4.1. A Contratada terá o prazo de no máximo 48 (quarenta e oito) horas, à contar do envio, para respostas.

#### **Reunião inicial do contrato**

8.5. Após a assinatura do contrato, o DETRAN poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial a fim da apresentação do Plano de Gestão do Contrato, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Registro de Ocorrências**

8.6. Serão registradas todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.6.1. A Contratada terá o prazo de no máximo 48 (quarenta e oito) horas, à contar do envio, para respostas.

#### **Gestão e fiscalização do contrato**

8.7. O contrato será acompanhado pelo Gestor e Fiscal do Contrato, ou seus respectivos substitutos, formalmente designados nos termos do Decreto Estadual nº 10.216, de 2023, responsáveis pela fiscalização, acompanhamento e verificação da perfeita execução contratual, em todas as fases até a finalização do contrato.

8.8. O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato e será responsável pela comunicação com os representantes da Contratada, nos termos do art. 22 do Decreto Estadual nº 10.216, de 2023.

8.9. O Gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, aos atos preparatórios à instrução processual e encaminhará a documentação pertinente à Gerência de Compras Governamentais para a formalização dos procedimentos relativos à alteração, prorrogação ou rescisão contratual ou para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

#### **Fiscalização técnica**

8.10. O Fiscal Técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para o DETRAN, segundo suas atribuições descritas no art. 23 do Decreto Estadual nº 10.216, de 2023.

8.11. O Fiscal Técnico acompanhará o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nas condições contratuais e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital para o pagamento com possibilidade de solicitar o auxílio ao Fiscal Administrativo ou Setorial, e ainda informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a ocorrência relevante que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência ou a existência de riscos quanto à conclusão da execução do objeto contratado que estão sob sua responsabilidade.

#### **Fiscalização Administrativa**

8.12. O Fiscal Administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e ao controle do contrato no que se refere a revisões, reajustes e providências nas hipóteses de inadimplemento, segundo suas atribuições descritas no art. 24 do Decreto Estadual nº 10.216, de 2023.

#### **Verificação da manutenção das condições de habilitação do Contratada**

8.13. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

8.14. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, o Gestor deverá notificá-la para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por motivo justo e a critério do DETRAN.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o DETRAN deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual por meio de processo administrativo, assegurado a Contratada o contraditório e a ampla defesa.

8.16. Havendo a efetiva execução do objeto durante o prazo concedido para a regularização, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

**Critério de medição e pagamento:**

9.1. O objeto será recebido:

9.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.;

9.1.2. Definitivamente, por servidor designado pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

9.2. A obra ou serviço de engenharia poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

9.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

9.4. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos no Plano de Gestão do Contrato.

9.5. O recebimento definitivo pelo DETRAN não eximirá a Contratada, pelo prazo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, a Contratada ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem custos adicionais à Contratante.

9.6. A medição será feita por etapas dos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização do contrato, obedecendo o cronograma físico-financeiro.

9.7. Os serviços serão medidos à cada 60 (sessenta) dias. A Contratada encaminhará ao Gestor do Contrato, para fim de medição, relatório dos serviços executados no período da medição. A conferência, a análise e a aprovação do relatório serão realizadas pela gestão e fiscalização do contrato, em até 10 (dez) dias. Após a aprovação, será autorizada a Contratada a emitir a Nota Fiscal referente ao período.

**Atesto da execução do objeto:**

9.8. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de atesto da execução do objeto, na forma desta seção, nos termos do art. 4º do Decreto Estadual nº 9.561, de novembro de 2019.

9.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para atesto ou liquidação ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao DETRAN.

9.10. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto perdurar pendência na apresentação da Nota Fiscal.

9.11. A Nota Fiscal ainda deverá ser acompanhada pelos documentos que comprovem a regularidade junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado - CADFOR e ao Cadastro de Inadimplentes - CADIN, bem como, pelo relatório de medição devidamente aprovado pelo Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato.

9.11.1. Se a Contratada estiver em situação de irregularidade junto ao CADFOR e/ou CADIN, deverá receber advertência por escrito para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularizar sua situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa.

9.11.2. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do contrato em execução, assegurado o contraditório e a ampla defesa a serem instaurados, em apenso, nos autos dos processos administrativos correspondentes.

**Prazo de Pagamento:**

9.12. O pagamento será realizado pelo critério de medição.

9.13. O pagamento deverá ser realizado até 30 (trinta) dias após o atesto da Nota Fiscal e emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato, nos termos desta Seção, respeitada a ordem cronológica conforme Decreto Estadual nº 9.561, de novembro de 2019.

9.14. O DETRAN somente efetuará o pagamento à proponente vencedora referente às Notas Fiscais, estando vedada a negociação de tais títulos com terceiros.

9.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

9.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para o pagamento.

9.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.18. O DETRAN, ao efetuar o pagamento, fica obrigado a proceder à retenção do Imposto de Renda (IR) ao Estado de Goiás com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores.

**Reajuste em caso de atraso no pagamento:**

9.19. Ocorrendo atraso no pagamento em que o DETRAN não tenha de alguma forma concorrido para a mora, os valores devidos a Contratada serão atualizados monetariamente entre o término final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

$$EM = N \times Vp \times (I / 365)$$

Onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;



Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100

#### Do reajuste do contrato:

9.20. Os preços serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado. Após este período será utilizado o **INCC-M acumulado nos últimos 12 meses** como índice de reajustamento nos termos do Art 3º da Lei 22.089 de 06 de julho de 2023.

#### Subcontratação

9.21. Em caso de subcontratação, o licitante ganhador será o único responsável por responder pela execução da obra, bem como, será o único a receber os pagamentos, sendo vedado o pagamento para terceiros.

### SEÇÃO 10 - INFRAÇÕES E SANÇÕES

#### 0.0.1. 10.1. Das Infrações:

0.0.2. 10.1.1. Nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- XIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

#### 0.1. 10.2. Das Sanções:

0.1.1. 10.2.1. Nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Termo de Referência, as seguintes sanções:

- I - advertência;
  - II - multa;
  - III - impedimento de licitar e contratar;
  - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- a) Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - II - as peculiaridades do caso concreto;
  - III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- b) A sanção prevista no inciso I do caput deste item será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do item anterior, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- c) A sanção prevista no inciso II do caput deste item, será calculada na forma do edital ou do contrato, não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.2 deste Projeto Básico.
- d) A sanção prevista no inciso III do caput deste item será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII deste item, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- e) A sanção prevista no inciso IV do caput deste item será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do item 10.2 deste Projeto Básico, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na letra "d", e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- f) A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste item será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima desta Autarquia.
- g) As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

h) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

i) A aplicação das sanções previstas no caput deste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

## **SEÇÃO 11 - ALTERAÇÕES DO CONTRATO E DOS PREÇOS**

---

11.1. Conforme art. 104 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Administração possui sob o contrato a prerrogativa de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da Contratada;

II - extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

11.2. Conforme o art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei;

II - por acordo entre as partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

11.3. De acordo com o art. 125 e art. 126 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nas alterações unilaterais, a Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços, não podendo transfigurar o objeto da contratação.

11.4. De acordo com o art. 130 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua encargos da Contratada, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

11.5. De acordo com o art. 131 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

11.6. Ainda, de acordo, com artigo do item anterior, o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. O DETRAN terá o prazo de 30 (trinta) dias para responder sobre o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.

11.7. Nos termos do art. 132 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela Contratada, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

11.8. Nos termos do art. 134 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

11.8. Nos termos do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os preços serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado.

11.9. Nos termos do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, com as seguintes situações:

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV - empenho de dotações orçamentárias.

11.10. Nos termos do art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

11.11. Ainda, nos termos do art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 1º abril de 2021, a Contratada terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de serviços que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei;

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração, salvo hipóteses previstas na SEÇÃO 10 deste Termo de Referência.

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução do serviço, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

11.12. Não serão admitidas a extinção que se refere aos itens II, III e IV em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que a Contratada tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

11.13. Nas hipóteses dos itens II, III e IV, será assegurada à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.14. Nos termos do art. 138 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11.15. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

11.16. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a Contratada será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

11.17. Nos termos do art. 139 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

11.18. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do art. 139 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade ao serviço por execução direta ou indireta

11.19. Na hipótese do inciso II do art. 139 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade competente.

11.20. Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta.

11.21. O equilíbrio econômico-financeiro consiste na manutenção das condições de pagamento estabelecidas inicialmente no contrato, a fim de que se mantenham estáveis as obrigações da Contratada e a retribuição da Administração, para a justa remuneração do serviço.

11.22. Para efeito da aplicação do disposto da alínea do inciso I do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, relativamente a fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, a alteração contratual dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, por meio de planilhas de composição de custos, acompanhada da respectiva documentação comprobatória, sendo uma contemporânea à apresentação da proposta adjudicada e a outra atual, simétrica com a primeira, de modo a permitir a verificação e mensuração do desequilíbrio que se pretende sanar, além das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico e da aprovação da autoridade competente.

11.23. Ante circunstancias previsíveis e de consequências calculáveis, admitir-se-á repactuação que vise, exclusivamente, a sua adequação aos novos salários da categoria profissional respectiva, visando à sua adequação aos preços de mercado, observados o interregno mínimo de 1 (um) ano, após a apresentação da proposta ou do orçamento a que se referir, e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

11.24. Conforme §4º, art. 91 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

| RESPONSÁVEL               | FUNÇÃO                  | EQUIPE                                |
|---------------------------|-------------------------|---------------------------------------|
| RAFAEL ANDRE DE ARAUJO    | INTEGRANTE REQUISITANTE | EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO |
| RAFAEL ANDRE DE ARAUJO    | INTEGRANTE TÉCNICO      |                                       |
| LUCAS SPINELI SANTANA     | INTEGRANTE TÉCNICO      |                                       |
| FERNANDO FELIX DOS SANTOS | INTEGRANTE TÉCNICO      |                                       |

GERÊNCIA DE APOIO ADMINISTRATIVO E LOGÍSTICO  
AVENIDA ENGENHEIRO ATÍLIO CORREIA LIMA - CIDADE JARDIM - CEP: 74425-901 - GOIÂNIA - GO - (62) 3272-8454



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO FELIX DOS SANTOS, Coordenador (a)**, em 20/12/2024, às 10:54, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **68352810** e o código CRC **A28A646F**.

SISTEMA DE LOGÍSTICA DE GOIÁS  
AVENIDA ANHANGUERA Nº 609, - Bairro SETOR LESTE UNIVERSITÁRIO - GOIANIA - GO - CEP 74610-250 - (62)3201-8795.



Referência: Processo nº 202300005022404



SEI 68352810